

Cidades e investimentos

» ALDO PAVIANI

Geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília

Poucos se preocupam com os custos ou quais os valores financeiros aplicados num determinado centro urbano. Um dos motivos que leva a isso é que as cidades têm longa história desde sua fundação. Na evolução urbana, há cidades que foram surgindo no litoral por ter ancoradouros ou facilidade de acesso por navios. Dos portos que foram se formando, no caso brasileiro, surgiram cidades prósperas e que acabaram sendo capitais de províncias no Império, sendo mantidas na República. Por isso, há um cordão urbano ao longo da costa, o que acontece em países litorâneos.

No caso brasileiro, essas capitais, lentamente, cresceram e os investimentos nelas feitos são serviços, comércio ou conjuntos industriais e todos os equipamentos que os urbanitas demandavam. Isso vai num crescendo e nunca se completa porque sempre cabe algo mais ou é requerido, sobretudo, nas grandes metrópoles.

Na evolução urbana, os custos são absorvidos pelos benefícios que o aglomerado passa acumuladamente a oferecer: meios de transporte, equipamentos de saúde pública (água tratada, esgotamento sanitário, coleta de lixo etc.), e os investimentos em pistas pavimentadas, estacionamentos e todo o que for preciso em regiões rodoviaristas, onde o automóvel é meio de transporte usual. Então, é um nunca acabar porque as demandas crescem e requerem investimentos públicos. Há ainda o desgaste pelo uso dos equipamentos existentes, que requer reparos ou que necessita de substituição. Então, a roda dos investimentos gira continuamente, fazendo com que as cidades sempre estejam relativamente atualizadas nesse aspecto.

Uma questão, todavia, parece ir a reboque: a demanda por habitação. Sempre há lacunas de moradias ou elas são inacessíveis para alguns estratos populacionais. Muitas cidades têm secretarias de habitação, com a finalidade de suprir sempre que possível os que desejam uma moradia. Por vezes, a cidade trata de organizar conjuntos habitacionais e famílias que se inscrevem nos programas estabelecidos. Outras vezes, são cooperativas que organizam a construção e muitas pessoas se habilitam para a compra. Procedem-se as construções e, ao final, se faz o rateio dos custos, o que, em conjunto, se torna mais aceito pelo grupo dos que adquiriram um imóvel. Há, porém, enorme lacuna de habitações em quase todas as grandes cidades, pois quase sempre a construção dos imóveis fica a cargo do setor privado, que tem aumentado os prédios de alto padrão, o que torna inacessível às pessoas de média-baixa e baixa renda. Aliás, o estrato empobrecido não tem opção ou acesso a imóveis, ficando excluído do que se convencionou denominar de mercado imobiliário. Daí, decorre o fato de que grandes faixas populacionais passam a morar pagando aluguel, ampliando os que consomem algo ao redor de 30% dos ganhos nesse item.

Ultimamente, em razão do custo da terra, as cooperativas erguem edifícios. Eles não são muito altos; alguns, com quatro pisos, não têm elevadores, o que torna a construção menos onerosa. Outros, com mais de 10 andares, dispõem de dois elevadores, o de serviço e o social. Em muitos casos, ambos servem para as duas funções para pessoas que não se importam em mover-se juntamente com objetos transportados. Mas,

se os elevadores estão distanciados, as pessoas utilizam apenas o elevador social. Pelo menos é o que se tem observado em edifícios em que os ascensores não estão próximos.

As cidades, sobretudo as metrópoles, investem enormes recursos para dotar o meio urbano com rede capilar de água tratada e esgotamento sanitário. Ambos são necessários à saúde pública e ao bem-estar da população. Mas não é o caso de muitos centros urbanos, cujo esgoto se esparrama pelas ruas e causa incômodo à população. Isso acontece porque muitas prefeituras optam por dotar as cidades de água potável, mas não de esgotamento das águas servidas e dos dejetos. Não o fazem por alegadas duas razões: uma, “o que está enterrado não rende votos” e duas, “os custos desse serviço são elevados e não há dotação orçamentária suficiente”. Aí, a resolução do problema fica para o futuro.

Diferentemente de outras cidades, Brasília assume um papel de destaque no cenário nacional, por razão de ser a capital do país e de ter organizado um sistema que bem serve seus mais de três milhões de habitantes, com constantes investimentos na área de saúde pública. São hospitais públicos que servem todo o Distrito Federal, e não recusa atender pacientes da periferia metropolitana (os 12 municípios goianos limítrofes a Brasília), sobretudo neste período da covid-19, quando muitos infectados chegam aos hospitais e clínicas para atendimento imediato. Nesse aspecto, a mídia tem registrado estafa do corpo clínico e de enfermagem pelo contínuo esforço em atender infestados pela pandemia. E não há sinais de que a covid-19 acabe.

Exportação de commodities e juros garantem recuperação dos ativos. Até quando?

» CAMILA ABDELMALACK
Economista-chefe da Veedha Investimentos

Foram nove altas seguidas desde 2021, quando a taxa básica de juros estava no patamar mínimo histórico de 2% ao ano. O ciclo de elevação da Selic busca promover a ancoragem das expectativas diante de uma inflação persistente. Após o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 10,6% em 2021, a expectativa para 2022 caminha para 7%, muito superior à meta de 3,5% e até mesmo distante do limite máximo de tolerância em 5%.

O Banco Central dificilmente conseguirá alterar a rota da inflação contratada para 2022, mas com a elevação dos juros pretende garantir aos menos entregar a inflação em 2023 dentro do limite e o mais próximo possível da meta de 3,25%. As projeções para o próximo ano caminham para 4%, como consequência da inércia inflacionária, ou seja, o carregamento da inflação que vamos assistir este ano. Muitos preços e contratos são reajustados com referência à inflação passada.

Falamos muito do IPCA, mas outro índice que também vem sendo revisado para cima é o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o famoso índice do aluguel. Esse índice é representado em 60% pelos preços ao produtor (IPA), que é distribuído entre preços agropecuários e industriais. Então, perceba a letalidade do processo em cascata da inflação. O conflito no leste europeu acentua a alta dos preços das commodities (energia, agropecuários e metais) e isso chega até o reajuste dos contratos de prestação de serviço e aluguel.

Visando estancar esse contágio na economia, o Banco Central promove a elevação dos juros. O objetivo dessa ação é manter o poder de compra da população. O custo disso é a desaceleração da atividade econômica para reequilibrar os preços. No entanto, se a condução da política monetária é bem-sucedida, os juros podem voltar a cair no futuro e estabilizar num patamar mais baixo.

Essa situação de combate à inflação está acontecendo no Brasil, mas também nos Estados Unidos que assiste à maior elevação nos preços dos últimos 40 anos, 7,9%. Por lá, é o início do ciclo de elevação dos juros, atualmente as fed funds estão entre 0,25% e 0,50%, mas devem atingir patamar próximo de 2% ao fim de 2022 e 3% em 2023.

Aliás, corre o risco de o Federal Reserve entender que está “atrás da curva”, ou seja, atrasado no processo de alta dos juros e apertar o passo. Isso, pode mexer no preço dos ativos, chacoalhar o mercado acionário e apreciar o dólar globalmente.

No Brasil, o ciclo de elevação dos juros está no estágio final. A Selic em 11,75% deve subir para 12,75% na próxima reunião em maio, conforme sinalizado pelo Copom. Os diretores indicaram que esse patamar seria adequado para convergência da inflação, mas duas situações podem atrapalhar a aterrissagem: 1) extensão do conflito no leste europeu, devido ao impacto da apreciação das commodities no cenário inflacionário; e 2) a preocupação com a orientação da política fiscal, o famoso “risco fiscal” que pode impactar negativamente preços de ativos importantes e elevar os prêmios de risco do país.

O risco fiscal deveria ser mitigado uma vez que a partir de março a Lei Eleitoral barra ações de ganho político-eleitoral. No entanto, enquanto o preço dos combustíveis estiver sob os holofotes, estamos sujeitos aos ruídos. Difícil prever esse desdobramento, pois no momento ainda não é possível enxergar o desfecho da situação no leste europeu e constatar em qual patamar o petróleo irá se acomodar. A cotação tocou US\$ 140 e nos últimos dias ficou acomodada entre US\$ 100 e US\$ 110, muita ousadia arriscar um palpite sobre a cotação, que depende inclusive de muitas outras situações que envolvem inclusive a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e as esperanças que estão perdendo a força de uma retomada do acordo nuclear do Irã.

A taxa de câmbio vem jogando a favor da inflação, com quase 10% de apreciação do real frente ao dólar em 2022. O contexto das commodities inflacionadas é chamariz para o Ibovespa. O investidor estrangeiro ingressou com R\$ 72 bilhões na bolsa, além das operações em renda fixa para aproveitar o diferencial de juros. Essa situação é a justificativa da recuperação do câmbio, mas não é garantia de sustentação. Afinal, o apelidado “smart money” pode sair na mesma velocidade que entrou, sem compromisso algum.

Um levantamento da consultoria Economatica revelou que, dos 33 setores da economia representados na B3, menos de um terço se valorizou neste ano e só três tiveram ganhos acima de 10%. Mineração teve alta de 34,77%; o setor agropecuário, de 17,72%; e petróleo e gás registrou 11,78% de crescimento. O peso do setor de commodities chega hoje a 30% do índice, contra 20% de um ano atrás.

As compras são garantidas, sobretudo, pelo investidor estrangeiro, enquanto o investidor local está migrando para a renda fixa, atraído pela forte alta dos juros. No acumulado deste ano, as pessoas físicas já retiraram mais de R\$ 16 bilhões da B3.

O conflito no leste europeu gerou oportunidade de ganhos para o setor de commodities e beneficiou nossa economia. Os eventos que podem prejudicar essa trajetória são:

Política Monetária dos EUA: Aceleração na elevação dos juros;

Política Fiscal do Brasil: Problema na condução das contas públicas;

Política no Brasil: Precificação do cenário eleitoral.

Não há muitas dúvidas sobre a motivação dos gringos. O mercado brasileiro está fortemente ligado às commodities. No entanto, situações no passado mostram que a incerteza no cenário político afasta o investidor estrangeiro. Não precisamos ir muito longe, o segundo semestre de 2021 é um exemplo fresquinho na memória de todos, quando houve um turbilhão para colocar o Auxílio Brasil em prática. O Congresso não prosseguiu com a Reforma Tributária, que seria o financiador para o programa assistencialista, e o Executivo encontrou nos Precatórios a alternativa em conjunto com a flexibilização do teto dos gastos. Sem contar que o governo precisou pagar um preço com as emendas parlamentares para fechar o acordo.

Ganho passado não é garantia de ganho futuro. O que sustentou os retornos no primeiro trimestre podem ser insuficientes para a próxima temporada. Atenção e cautela nunca deixaram de ser as palavras de ordem para 2022. Ainda mais em situações que tiram os pés dos investidores do chão!



Globalização politizada

» MARCELO COUTINHO

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Se a economia determinasse mesmo as decisões mundiais num mundo globalizado sem qualquer empatia, provavelmente ninguém se importaria tanto com a invasão russa em um país distante. No máximo, esse mundo se preocuparia com a estabilidade do suprimento de commodities. Ninguém arcaria com o custo da inflação e sanções. Mas não foi assim. Ainda que limitadas, as redes de solidariedade internacional avaliaram que tal agressão abria um perigo precedente capaz de se alastrar para todo o sistema internacional, porque partia de uma grande potência nuclear revisionista.

A Rússia tem condições de mudar o mundo que uma Arábia Saudita por exemplo não tem. Não tem cabimento comparar a guerra do Iêmen com a da Ucrânia, porque seria o mesmo que comparar uma guerra civil de anos com uma invasão em massa por outro país que busca anexar territórios. São tipologias muito diferentes ainda que existam, em ambas, violações dos direitos humanos. Metodologicamente falando, igualar casos de unidades analíticas distintas é apenas fraude. Sim, mais do que um erro de análise, misturar coisas diferentes é, na verdade, colaborar com agressões ainda maiores.

A globalização passou por várias fases. Pelo menos desde o século 19, ela vem sofrendo mudanças significativas, mas em geral com um denominador em comum: a eficiência econômica, muitas vezes sem quaisquer cuidados morais, principalmente após o fim da Guerra Fria. O mundo se globalizou com os

empreendimentos buscando otimizar resultados em termos estritamente de ganhos financeiros. A guerra na Ucrânia parece inaugurar uma nova etapa em que a política adquire mais relevância na condução dos mercados globais. As decisões levarão em conta, sobretudo, aspectos normativos.

Os efeitos sobre a democracia, os direitos humanos, a paz mundial, a miséria e o meio ambiente ganham mais peso nas decisões não só dos governos, como também das próprias empresas. Muitas firmas se anteciparam às diretrizes dos respectivos Estados ao saírem da Rússia invasora mesmo não sendo obrigadas a isso. Muitas multinacionais ainda ficaram lá, mas inúmeras outras alinharam-se a um sentimento mundial de repúdio aos ataques, participando das sanções. A interdependência global passa a corresponder a juízos de valores e princípios.

As trocas multinacionais continuam abertas. Ainda é um mundo de fluxos em torno de uma unidade monetária global. Porém, a dimensão política ganha mais relevância, igualando-se ou ultrapassando a dimensão econômica. E dessa forma as sanções são mais bem compreendidas. Muito mais do que fatores geopolíticos, o corte entre regimes democráticos versus autoritários revisores define essa nova ordem. Japoneses e sul-coreanos são vizinhos da China e, ainda assim, pertencem ao grupo ocidental. A própria Ucrânia é bem mais do que uma área de influência russa. Seus laços com o Ocidente são mais decisivos para os acontecimentos. Por sua vez, Cuba e

Nicarágua estão sob a órbita sino-russa, mesmo estando espacialmente ao lado dos Estados Unidos (EUA).

Evidentemente, esse novo mundo exacerbava ainda mais as contradições, fazendo, por sinal, muitas vezes, parecer que voltamos no tempo. Não se trata de hipocrisia, mas de política. Alianças que não obedecem ao corte democrático continuam acontecendo e nem por isso são falsidade. A união entre o Ocidente e a antiga União Soviética de Stalin na Segunda Grande Guerra contra Hitler e o fascismo não foi hipocrisia ou dissimulação. Foi política, a mesma que mais tarde levaria o Ocidente a enfrentar os soviéticos. Do mesmo modo, é preciso analisar, por exemplo, a recente reaproximação de Washington com Caracas face o expansionismo de Putin.

Portanto, essa globalização que chamo de politizada recupera, em parte, antigas divisões observadas na história do imperialismo. Mas não exatamente. Quando Churchill, Roosevelt e Stalin se aliavam estrategicamente contra o nazismo, o mundo havia se desglobalizado. Agora é diferente. A globalização é profunda, e sobre ela acontecem os arranjos políticos que a reorientam, fazendo com que os seus fluxos não obedeçam mais apenas a complementariedade econômica, como também a compatibilidade política-institucional. Isso significa que os investimentos e acordos comerciais consideram, evidentemente, os ganhos financeiros, mas com ponderações normativas, como o benefício ou o malefício que eles podem acarretar para a civilização e o meio ambiente.